

DEBATE INTERNO

FASE – 16 dezembro 2003
(Repres. equipes ES, MT e PA + Nacional)

PAINEL I

Participação da FSE no FSC: continuar ou não participando nesse cenário- prós e contras

Certificação:

- distante do público (bases) – significado, seriedade e eficiência?
- “selo” tem problemas de *custos*– populações tradicionais lidam com outras lógicas de reprodução (preço do produto + tempo devido burocracia do Estado);
- muitos produtos ilegais concorrentes, princ. *madeira*
- alternativa: perspectiva de *agregação de valor*: proposta de oficina-escola- caixinhas de madeira já com madeira de manejo (selo)– projeto FASE com apoio Sambazon (EUA), que paga *certificação de cooperativas para produtos madeireiros e não-madeireiros* (açai, por ex.);
- questão do mercado de *consultorias* (ong’s híbridas estão no ‘ambiental *business*’, como Imaflora)
- processo certificação na Amazônia é mais complexo: pensar na diferenciação da ação das *empresas* ou *manejo comunitário* - não se reduz a FSC nem IFOAM– distinto do debate que vem da agroecologia - não é a mesma coisa que certificação de produto orgânico separado; na Amazônia, possibilidade de certificação de empresas = “latifundização” via monoculturas
- experiência de *contradições*: parceria FASE-Cikel para a venda do mogno apreendido e a criação do “Fundo Dema” (instrumento chamado pelo MMA “ação com cargo”) (representante de Gurupá refere-se ao incidente da balsa de madeira da Cikel apreendida há alguns dias no porto da Fase por problema de ‘documentação da madeira’)
- não tem acompanhado muito o debate porque não há demanda concreta em MT– mas quanto à certificação foram chamados a discutir em 2002 na Câmara Setorial de Agricultura Orgânica do estado de MT
- palavra “certificação” = estratégia de mercado, introduzir produtos, servir setores muito organizados - comunidades não terão acesso, discussão sobre certificação não “organiza” as comunidades
- produtores de soja MT (às vezes sem produto nem para consumo) chamaram o IIEB: como enfrentar essa situação com modelos de produção viáveis
- IBAMA é visto como ‘empecilho’ no gov. de MT (maior produtor de soja do mundo: modelo é braquiária + soja) - em MT seria “Rede Alerta contra a plantação de pastagens”;
- ref. a um processo de certificação de área de teca (Novib queria que FASE *poiasse*).

FSC:

- debate pouco divulgado (só formulário-consulta e voto por procuração são insuficientes, confusos) – dificuldades de participação, necessidade de informações
- ‘refém’ dos empresários: difícil FASE fazer parte

- benefícios da discussão com outros atores (dia 15/12) apontou desequilíbrios sob vários ângulos: – está claro a quem FSC está servindo e há uma compartimentação: **ong's** estão na Câmara Social que é *frágil* X **empresários** na Câmara Econômica
 - ausência de articulação interna à Câmara Social (nível nacional);
 - *Câmara Social* como possibilidade de *participação* (“vale uma conversa com seus representantes”);
- “selo” (exemplo ECOVIDA – auto-certificação – achava que poderia funcionar para mercado local mas não para mercado nacional)
- pensava-se que FSC devia criar FUNDO para manejo (sem lucros): saída argumentada (ângulos diferentes para regiões distintas)- necessidade de discussão técnica com GTs Floresta, Energia, etc. e com os movimentos sociais– debate antes de tomar decisão (prepara saída argumentada)
- *instrumento de mercado* (quantos investimentos de agências estariam por trás da viabilização da certificação comunitária?) – privilégio para *mercado externo* e para as populações locais o importante é o mercado local, regional (a lógica do mundo local)
 - problema da FASE ser vista como ‘legitimadora’ do FSC (por estar dentro)- defender política e princípios do FSC é suicídio para FASE: devemos sair e questionar, discutir com ISA, VC, GT Cerrado, etc.- vale mais apostar no Fórum Bras. de Ong’s
 - intenção era qualificar nos critérios sociais– hoje FASE está legitimando produto do latifúndio e monocultura ao invés de *influenciar* (perverso)
 - lavagem verde para o crescimento da monocultura (e não barreira)
 - contradição: papel histórico da FASE no ‘empoderamento’ das comunidades X estar no FSC legitimando propostas que prejudicam comunidades (ex. Cikel e conflitos fundiários, tentativa de se certificar em Portel)
 - choque no FSC: saída da FASE vai provocar debate no FSC
 - pouca participação dos movimentos nos debates
 - poucas entidades não querem que FSC funcione bem– atualmente muitas entidades que atuam fora (WRM é exemplo com estudos)
 - grande confusão conceitual (nos campos social e ambiental) encobre qualquer tipo de proposta
 - *Princípio 10*: necessidade de revisão – apoio à moratória (*não* às monoculturas) – (FSC pretende mudar a longo prazo, aos poucos– *orientações* por enquanto, via exs. Indonésia: governo não reconhece direitos indígenas - não querem FSC; Tailândia: proibido cortar árvores: para quê FSC?)
 - estratégia para FSC “funcionar” melhor? **Proposta: apresentar para ong’s e representantes do FSC Internacional o problema das plantações e a realidade local no BR**
 - instrumento a mais na argumentação desse setor (florestal/madeireiro) para bloquear /frear o processo de destruição e exploração MAS passou a ser instrumento *facilitador da expansão da monocultura e do latifúndio, agora associado ao mercado de carbono*
 - informar, divulgar luta de resistência (ex. MG e proposta agroecológica no cerrado X concessão de terras públicas; no norte: cresce a idéia da *auto-certificação* combinada com regulação pública);
 - **WRM** está dividido: parte membros do FSC *defendem* e outra parte é *crítica* MAS juntos lutam pela preservação das florestas, pelas populações locais;

- necessário um *estudo* como estratégia para ação conjunta (hoje todos têm clareza sobre as plantações: “plantação não é floresta, tem que sair do FSC”)- mostrar aos representantes internacionais do FSC a realidade das plantações daqui (proposta que saiu da reunião de Amsterdam)

Outros atores – participação em GTs do Fórum

- programa ES participou ult. encontros do **GT Floresta** (contradição terminológica: a questão das plantações vai acabar com o GT Floresta?)
- FSC + mercado de carbono seriam discutidos no **GT Floresta**, mercado de carbono, MDL no **GT Clima**, também no **GT Energia**, FSC e IFOAM no **Observatório do Clima (GTA)**
- **ISA e WWF** têm atuado mais na Secretaria do GT Floresta; entrar no GT Clima é mais complexo, exige conhecimento específico acumulado e um *diálogo prévio* (o que é, como funciona, qual é a relação com Rede CAN, o que é a Rede CAN, etc.).
- **ISA** discutindo o PNF –PLANAFLO, diz que talvez haja vaga no **Conselho Nacional de Florestas** (lugar onde se debate a questão das plantações), para a **Rede Alerta contra o Deserto Verde – MAS Fórum Bras. de Ong’s** é lugar mais estratégico do que CNF, embora seja um espaço interessante (por ali passam as decisões e as deliberações sobre a questão das plantações) –este debate vai ser travado mais adiante.
- **FASE no GT Agricultura** (com Action Aid) na **REBRIP** (Rede Brasileira pela Integração dos produtores): participa mal (“não tivemos fôlego- nossa contribuição é mais ligada à ‘questão ambiental’ - a agricultura como sub-ítem no grupo sobre Comércio e Meio Ambiente – é preciso trabalhar melhor essa contribuição”). Promovemos estudos sobre os recursos naturais embutidos na pauta das exportações brasileiras (alumínio, frango – pelo IDEC-SP, e sobre camarão).
-
- 2004: estudo sobre *produtos agrícolas* (liberalizar ou proteger?) – lição de autonomia (em relação aos EUA) MAS se for para defender *o agrobusiness*, essa posição tem *limites*: ter autonomia, política própria mas para defender *os nossos* interesses! (crítica dos Verdes/ RDA: o que defendemos, liberalização do comércio para diminuir a pobreza ? (como OXFAM e “*fair trade*” – ‘comércio com justiça’) – “cada vez que dão exemplo é para mostrar fracasso, mas acreditam que seja esse o caminho”).
- **Via Campesina** já escolheu: “proteção para agricultura familiar” (BR, RDA, FR, em qualquer lugar)

Campos de disputa política

FSC: constituição de campo de disputa mais complexa: necessário QUALIFICAR ruptura -OU SAÍDA argumentada, para ser coerente com papel histórico da FASE. Para sair necessário discutir economia das externalidades e internalidades, i.e. entrar no debate grande sobre mercado internacional (comércio de *commodities*: tema do FSC é

- comércio internacional de madeiras e madeira é objeto de tráfico) e também discutir condutas das empresas, posição face ao governo e com toda a base com responsabilidade política e ética.
- DESFAZER ambivalência discursiva: necessário *qualificar saída*: argumentada ou movimento internacional de ruptura? (*agentes do “mercado esverdeado”* ou *qual o alcance da decisão de sair: documento em inglês, articular com quais outros atores, propor plataforma alternativa, construir outro espaço?*) – *como tratar a audiência pública, a moratória dos processos de certificação de plantações e revisão do Princípio 10? Como fazer isso no MMA?*
 - preocupação em relação à radicalização no enfrentamento com *agrobusiness*
 - *estratégia de resistência, defensiva, crítica. ALTERNATIVAS baseadas na transição produtiva dos sujeitos no território (exemplos ES, MT e PA)*
 - Atenção para não ‘agigantar’ a FASE: necessidade de uma *mediação* através de debate mais específico com atores que estão *dentro* do FSC
 - sem clareza da questão do ponto de vista internacional, já que FASE não está no FSC Intl. – MAS em articulação com o WRM
 - **Paradoxo**: FASE “não teria cacife” para falar internacionalmente MASE carta ao BIRD? (“mercado verde” brasileiro é estratégico para o capital internacional de *commodities* na área florestal e da ind. de papel e celulose)– resposta ao BIRD (que interpela a FASE) e não ao FSC
 - Princípios FSC: alguns *nossos* (1, 4, 6 etc.) e outros do capital– necessário discutir *senão COMO SEGURAR o PRO-AMBIENTE (Gurupá) ?*– como mudara a estratégia de modo a fortalecer um campo de alternativas utilizando os Princípios FSC, cobrando coerência deles, operando aqui (na prática).

PAINEL II

MDL/ Crédito de carbono

- não há clareza de como vai funcionar
- fixar carbono através de grandes projetos que vão ter custo menor (pequenos projetos= custo maior);
 - investidores estão prevendo “seguro” (se a floresta queimar, quem vai perder é a comunidade de novo, que plantou pra “diversificar”); consultorias têm custo elevado (estudos de viabilidade, cálculos de carbono);
 - permite o direito de poluir (BIRD apoia quem continua poluindo – e PK?)
- processo de debate recente na Rede Alerta contra o Deserto Verde - a partir da avaliação/estudo Plantar e V&M Florestas: nos processos de certificação (consulta), nos princípios de 1 a 10 não há nada de crédito de carbono– c/ divulgação do Relatório, contato de 3 entidades internacionais:
 1. CDM (Clean Development Mechanism Watch)
 2. Sinkswatch - monitora projetos de sumidouro (*sink*) de carbono
 (1 e 2 fazem *lobby* na Europa contra investidores – compreender melhor MDL em reunião preparatória para a de Milão)

3. Carbon Trade Watch (UK): visão mais radical: contra qualquer projeto MDL (v. publicação WRM)

1, 2 e 3 colocaram questão para a Rede: Proj Plantar é o primeiro no mundo de venda de crédito de carbono, 23.000 hectares de eucalipto = gerar muitos créditos a preço baixo – existe apoio da sociedade civil brasileira ao Proj. Plantar ?

BIRD: Prototype Carbon Fund apoiado pela ANDA (assoc. ambientalista de MG)– “monocultura sustentável”, dá empregos, empresa certificada (MAS ANDA é a informante principal da certificadora)

- carta na Rede colocando o estudo – pouco debate, poucas pessoas entendem
- site da V&M Florestal: projeto tem que ser avaliado por Comissão do **Protocolo de Kyoto**: relatório, *cálculos do gás carbônico incompreensíveis* - monocultura de eucalipto só considera *corte* (no cálculo de gás carbônico, o que é liberado com a queima (carvão) *não entra no cálculo*) – empresas continuam comprando carvão nativo – não é projeto MDL
- *desafio* na principal ação da Rede: debater a questão com as comunidades– Rede começou a se *articular* com esse estudo - vários encontros com comunidades locais para “traduzir” o debate– agora há CONSENSO contra o Projeto Plantar (\$ BIRD para venda de crédito de carbono - substituição fonte energética para siderurgia) e V&M (totalmente substituição energética)
- representantes do *STR Rio Pardo / Curvelo* foram a Milão (muitas críticas P.Plantar)
- CAA + Universidade de Montes Claros: reconversão de monocultura em cerrado (proposta alternativa concreta) BIRD – oferta de \$\$ ao CAA para reconversão de florestas homogêneas em cerrado– “bons projetos” MAS importante aprofundar debate
- Resposta carta BIRD: questão muito debatida– para “especialistas”
- No Brasil: *lobby* sobre questão energética – debate restrito ao MCT, bloqueio à participação de ong’s – só “especialistas” (cf. discussão internacional– VC e CLIMA) MAS internamente não havia investimento das ong’s nesse meio: entrada de outras entidades (ex. **Observatório Clima**: posição distinta VC quanto a reflorestamento - está fora do Fórum, onde há legitimidade para articulação; queria que FASE entrasse; IPAM-GTA-COIAB-CNS (reunião em Belém) – não havia questionamento (CNS, COIAB) sobre modelo de produção e consumo – entrada por “fisiologismo” e não tática)
- sobre FUNDO: egos em jogo (VC trabalha nisso MAS ficou um pouco de lado)– *embate MAS daria para juntar e ter mais força*
- Movimentos (GTA, CPT/AM) entraram sem muito debate– quando FASE assinou documento não havia debate sobre *premissas* dessa questão
- **IPAM e ISA** afirmam ter consciência das *contradições* no processo, mas não dá para ficar fora (ex. asfaltamento da BR-163);
- **VC** representa avanço nesse grupos de entidades na abordagem do MDL- MAS oscilação entre apoio ou não à monocultura para fins energéticos diante da falta de alternativas (X carvão mineral)
- **MMA + Min.Integração** (Ciro Gomes) *querem os movimentos sociais no debate* (não só espaço para o rei da soja) – posição mais ou menos hegemônica hoje
- Amazônia: instrumento que possa servir às populações chamadas ao debate; ver tb questão energética (projetos MDL e crédito de carbono)– cana de açúcar, barragens (ex. Peugeot em MT) troca/sumidouro de carbono: *que setores vão sair beneficiados??*
- Mercado de carbono: minoria está no debate

- Projetos MDL não propõem a evitação do carbono
- VC está *dentro* do processo e por isso tem *crítica mais profunda*: proposta 'descarbonização da sociedade' (i.e. PK não basta)
- **Sinkswatch**: proposta de oficina em MG para debater (na Índia: problema é barragem, energia renovável com proj. crédito de carbono)
- MDL e crédito de carbono: **ampliar / aprofundar debate – compreensão maior** embora FASE já esteja na Rede Deserto Verde se posicionando publicamente junto a outras entidades (nacional e intl. – ex. carta BIRD) *contra* o crédito de carbono para a Plantar (monocultura de árvores) em articulação com Carbon Trade Watch.

PRÓ-AMBIENTE

- MDL vai se expressando na proposição do PRÓ-AMBIENTE - 3 anos e meio de debate em todos os estados da Amazônia: proposta de política pública que viabilizasse o conjunto de idéias sobre o desenvolvimento da produção familiar: remuneração do serviço ambiental - novo modelo técnico de extensão rural + novo arranjo de conjunto de atores (crítica ao projeto de crédito FINOR); conversão para agroecologia, ênfase na produção familiar e padrões de certificação e auto-certificação (compromissos, acordos comunitários), auditoria externa e monitoramento ambiental (SIVAM); como formatar uma proposta para o *Fundo Sócio-Ambiental* (28-30 jan 2004, MMA): transição de proposta dos movimentos sociais para programa de governo (via PRÓ-AMBIENTE) – necessidade de democratizar, refinar conteúdo;
- FASE teve papel na construção da proposta do PRÓ-AMBIENTE – perspectiva de que se torne política pública nacional: criação do “fundo sócio-ambiental”: além de combinar os vários campos de ação necessários para reprodução social, econômica, ambiental, relaciona assistência técnica, crédito com *quota familiar pela prestação de serviço ambiental* (0,5 salário mínimo X família). Duas fontes de recursos: convertido de **PLANAC** e desmatamento evitado (crédito e o seqüestro de carbono vêm de fontes complementares: *eco-taxas previstas* de empresas de exploração de petróleo, empresa madeireira, fundo bio-carbono, e o Prototype ... do BIRD) – é o mesmo fundo que vai liberar crédito para a Plantar – discussão sobre MDL não se coloca da mesma maneira para a Amazônia.
- dentro do PRÓ-AMBIENTE, FASE tem que levar a discussão MDL e mercado de carbono às bases: elaboração de materiais didático-pedagógicos (manuais e cartilhas) para grupos locais e movimentos sociais – disseminar a discussão

Fisiologismo X tática

- certas organizações ligadas a movimentos sociais têm uma visão pragmática – o que querem realmente as organizações de base? (MST não hesita em recorrer a recursos governamentais)

- - definir bem os aliados

Construção de alternativas, novas identidades no território

- Distinções entre as dinâmicas do capitalismo (exs. ES, MT e PA): de hegemonia e de enclave – o que significa relações de força, projetos, concepções diferenciadas – compreensão e práticas requerem *sensibilidade estratégica faziana*:

PARÁ: populações de alta tradicionalidade;

MT: trabalhadores da transição da fronteira agrícola: mudou base social da estrutura agrária, é outro embate (governador retém capital e consumo das elites)

ES: conflitos novos, atualizados - terreno da “derrota” apesar da resposta Rede Deserto Verd. Processo de compra de terras de novo, entrando no território e fazendo a 2ª estratégia colonizadora: eliminando os arrendatários, os parceiros, os plantadores que ainda sobravam – estratégia que empurram para o norte-RJ, que consegue se *desvincular de toda regulação* e controle estadual; sem mercados locais ou regionais; médias cidades esvaziaram (não retém US\$);

MG: resistência – siderurgia, outras forças, alta complexidade: viabilidade material de produção camponesa, pequenas cidades com mercados locais e regionais, médias cidades incharam

Contraponto:

- Com ampliação de redes e fóruns da sócio-economia solidária cresce o debate sobre como *construir possibilidades de mercado com grupos locais, nas regiões*
- **ES não é terra arrasada:** efervescência no norte do estado- muita energia, resistência, construção com contradições e visões distintas, vitalidade: MPA e MST conquistando setores do movimento sindical – atuação de APTA (patrimônio construído de alternativas no ES) – campo de ação sócio-educativo-ambiental de projetos naquela região que FASE poderia realizar (parcerias ?)– visão distinta do “carvoeiro cidadão” (não é visão estratégica para a reconstrução do ES)
- Rede Alerta faz trabalho sócio-político muito interessante MAS crítica experiência **Curvelo/MG:** responsabilidade histórica e política da FASE diante de informação, denúncia e mobilização: é necessário respaldo de base social – problema da RETALIAÇÃO que a empresa (Plantar) vai fazer com os trabalhadores e algumas lideranças (análise com repres. STR Curvelo: paga quem está mais fragilizado, o trabalhador terceirizado, não sindicalizado – setores com uma certa capacidade de resistir, de se articular, em razão de uma autonomia econômica e sócio-política relativa – necessário aprofundar mais a discussão;
- Amazônia: *ação concentrada num território* (com determinados conjuntos de atores, com experimentos) e *ao mesmo tempo* estar *dentro dessas articulações* que estão mudando de formato (exemplo do ISA em MT e a questão do asfaltamento da BR-163 para atender interesses não só dos sojicultores: plataforma perfeita: 1. Não derruba a idéia de asfaltar: adianta-se aos impactos ‘negativos’ + 2. conjunto de propostas diferenciadas e articuladas (povos indígenas, unidades de conservação para outros setores do campesinato, etc.) – grande extensão geográfica – vários debates: 1.º em MT, 2.º em Santarém);

- Geografia política é diferente de *território* (paradigma da FASE): o cerrado é a retaguarda da soja (o trabalho do ISA foi na fonteira, os atores estão diante do “conflito a frio”, todos concentrados em torno da estrada, resistência e barganha)– retaguarda’ é o que a soja está fazendo lá atrás (não só no cerrado: expansão da soja presente no PPA da Amazônia, o Plano sustentável dos grandes projetos-único novo projeto no Vale do Guaporé)
- atuação da FASE nos comitês de bacias (saneamento)
- debate é necessário nas duas pontas: BR precisa de carvão vegetal- abrir espaços com quem começa e com quem articula - quem trabalha com pequeno agricultor e com agricultura ecológica não está fazendo esse debate: FASE entrando primeiro
 - diretriz de reorganização da matriz de sustentabilidade (FASE não tem equipe em MG: problema político – necessidade de repensar/ reorganizar (ex. da Aracruz no plantio de eucalipto para papel: reconversão produtiva é mais processo mais complicado)
 - novo modelo de desenvolvimento não vai sair de ‘zoneamentos’ (herança do iluminismo), mas do debate em torno de questões (reforma agrária, mata nativa, populações tradicionais, produção de alimentos) – como pensar novos modelos se não ‘esvaziar’ as fontes de financiamento e de sobreconsumo desse modelo?
 - necessidade de observar inter-relações e complexidades: **novo modelo** não será feito pela soma das partes – visão mais apurada do que é possível construir a partir da resistência como alternativa: muitas derrotas mas *muitas vitórias*: conteúdos de propostas de política pública que só vingaram porque tem movimento organizado que sustentou (exs.: PRO AMBIENTE e quebradeiras de côco no MA e questionamento da idéia da propriedade; “imóvel rural” X “estabelecimento rural”)– “internalização” de território como parte constitutiva da criação de novas identidades acumulação de propostas *inovadoras*;
 - grande desafio no debate em relação às monoculturas como tb na questão alimentar – movimento agroecologia voltado para agricultura familiar, cooperativas, etc.

Recuperação da “sensibilidade faseana” estratégica

- *Mapeamento: Quais os conflitos atuais ?* (exs.: MT: soja, no âmbito relativo de derrotas; ES: bacias hidrográficas ameaçadas; no MT: macroefeitos: falta d’água nas cidades inchadas – ligadas à *economia do capitalismo agrário*).
- *No macro-processo: estratégia intensiva* em questões sócio-ambientais (luta em defesa do cerrado e outras questões) - avaliação no sentido de manter uma resistência de produção agrocamponesa diversificada e educação sócioambiental (ex. do Programa MT Sust)

- discussão sobre mudança de conjuntura “amazônica”: **Mato Grosso** na “Amazônia desamazonizada” OU estaria havendo “centroestização” da Amazônia onde a soja penetrou (sul de MT)
- ES: aprofundar a discussão em cenário que deve se confundir diante de inimigo muito forte – debate estratégico no longo prazo; a curto prazo capital ficou pouco inclusivo e volta a se expandir (mais uma vez expulsando da terra);
- MG: discussão sob o ponto de vista de *território produtivo* e resistência – debate em relação aos programas da FASE que são programas de alternativas socio-produtivas para o território (é o ponto comum entre Amazônia e MG: atores produtivos *quenão* foram derrotados – tradicionalidade, “semi-modernidades” – em MG mais ‘hibridizados’ ainda);
-
- apelo à recuperação da ‘sensibilidade faseana’ estratégica (*ethos* da FASE não é o dos movimentos sociais: entidade que *pensa sensivelmente um conflito do território e suas alternativas.*) Qual é o seu método? Repensar o território, as subjetividades, atores, trajetórias, etc. – na discussão das problemáticas FSC e certificação: 2- 3 meses para repensar e promover rupturas qualificadas (repensar das bases para cima a incoerência estratégica do FSC com base nos seus Princípios, algo que seja possível dialogar com sensibilidade política;
- crítica ao PRÓ-AMBIENTE: quais são as oportunidades que o governo Lula produz senão oportunistas para operarmos ‘hibridizados’ por sistemas internacionalizados? (*fundos de financiamento*: ele constitui o Fundo nacional que é um fundo internacional, concomitantemente capitalista, assim os sistemas de investimento público e o sistema financeiro estão interligados (oportunidade estratégica)– impressão de um “pacote” - em relação à Amazônia, sobretudo, pois para o ES não há oferta deste tipo, na “borda” do MT ainda há)

Conclusões – Encaminhamentos

Conjuntura retrocesso geral Agenda 21, global, PK, pressão da liberalização, pressão dos preços atuais das matérias-primas, desregulamentação, transnacionalização financeira e os processos de negociação da dívida externa, controle geopolítico e criminalização dos territórios X arrocho, violências sobre os atores com os quais FASE trabalha (na contramão de tudo isso): consciência ambiental, dos consumidores, reorganização dos movimentos agrários e camponeses (Bové na FR e MST aqui são paradigmas de movimentos pragmáticos: neo-campesinato)

FSC: saída argumentada da FASE – debate específico com os que estão dentro (Assembléia do FSC): crítica contumaz ao *Princípio 10* da maneira como está formulado, porque permite a certificação de tudo ou quase tudo; *apoio à MORATÓRIA*, suspensão até que seja profundamente revisto o Princípio 10;

- encontrar caminhos para que audiências públicas do FSC sejam *públicas* (pressionar por dentro era uma das justificativas para a FASE estar no FSC, mas “não funcionou”).

MDL e crédito de carbono

- ampliar / aprofundar debate dentro da FASE tb.– compreensão maior embora FASE já esteja na Rede Deserto Verde se posicionando publicamente junto a outras entidades (nacional e intl. – ex. carta BIRD) *contra* o crédito de carbono para a Plantar (monocultura de árvores) em articulação com Carbon Trade Watch; continuar o questionamento (o que tem por trás de MDL e mercado de carbono?);
-
- não queremos reduzir tudo à centralidade do mercado, outros valores têm que ser realçados – qual a diferença da proposta do IPAM (*redução compensada*)?
- se vai ter crédito de carbono, sumidouro, etc. lutar para que não haja monopólio de alguns setores nessa discussão;
- FASE tem que qualificar a questão: apoio a projetos MDL que não sejam monoculturas mas de preservação sócio-ambiental, agricultura familiar, extrativismo, cooperativas: CARBONO SOCIAL integrado com cadeias produtivas
- questão de princípio: existe teoricamente um compromisso dos países desenvolvidos de redução de emissão – MDL como compensação: financiamento de plantações de florestas – rejeitar MDL com esse argumento
- não desarticular da questão energética– monocultura e latifúndio
- debate PRÓ-AMBIENTE: pagamento de serviços ambientais com crédito de carbono
- elaboração de materiais didático-pedagógicos (manuais e cartilhas) para grupos locais e movimentos sociais – disseminar a discussão (tarefa Winnie – para abril 2004).

Participação GTs Fórum, Observatório

- necessidade de dialogar mais em permanência com outras entidades e com grupos- importante estar mais presente nos GTs do Fórum, GTA, etc. (ex.: o papel da FASE na Rede Alerta contra o Deserto Verde na ampliação do debate político e instrumento de mobilização);
- necessário socializar mais a participação do Programa ES no GT Floresta;
- Programa Amazônia – não dá para ficar fora dos GTs – discussão tem que se fundir (proposta do Observatório do Clima, senão risco: quem vai ser o interlocutor para a discussão da agricultura familiar na Amazônia, do extrativismo?);
- **Observatório de Clima** (mais concentrado em Amazônia e IFOAM): retomar a discussão dentro do Programa Amazônia;
- GT Clima: inserção que **deveria continuar FASE-ES (???) NÃO: FASE-ES tem participado GT Floresta**
- Atenção tb ao GT Energia, GT Cerrado (mesmo debate sobre a soja tem que ser feito sobre o eucalipto)
 - Para participar GTs: necessário *se dedicar, estudar*

Desafios de modelagem de Programas da FASE:

- *construir cultura comum e de troca de experiências* – desenvolver parte da ferramentaria do diálogo no decorrer da construção de propostas (ritmo acelerado de

posicionamento público está no coração do movimento social)– preocupação com o *modo de olhar* a possibilidade da construção sócio-ambiental (num ator político tão ativo quanto o Programa ES, por ex.) que não ‘casa’ com o “otimismo relativo” do campo sócio produtivo da FASE: *confiança* em desenvolver ferramentas agroecológicas, desenvolver projetos de manejo sustentável, criar redes sócio-produtivas, em poder disputar PRÓ AMBIENTE e ao mesmo tempo *desconfiança* em relação ao espaço da hegemonia absoluta predatória do capital agro-industrial da celulose;

– necessário tanto mirar o mapa da atuação territorial da FASE como garantir uma convergência dessas culturas (ES + experimento amazônico) – evitar que o ritmo diferencial dessas realidades possam criar distâncias internas (FASE de radicalidade ambiental X FASE de radicalidade experimental produtiva) SEM fazer a ligação– encontrar campo de convergência subjetiva maior para colocar o ponto de vista dos atores

- Discussão de FSC e PRÓ-AMBIENTE: estar lá e aqui (ref. a texto que critica PRÓ AMBIENTE - Paulo Renato?? - visão de economista (ambiental) de mercado, joga por dentro da justificativa dos *projetos empresariais* que estão interessados em crédito de carbono, o que está na origem da proposta do PRÓ-AMBIENTE)
- Participar dos dois espaços ao mesmo tempo: junto aos movimentos e nos GTs do Fórum (possibilitando discussão do PRO-AMBIENTE de outro lugar)

Estudos / Seminários 2004

- seminário conjunto BR + RDA (recursos FHB) sobre liberalização do mercado X proteção agricultura familiar – estudos preparatórios sobre produtos agrícolas (pesquisadores CPDA/UFRRJ sob coordenação FASE)
- **sugestão p/ FASE organizar encontro**- abrangendo soja /MT, cana/PE e eucalipto/ES (MG,BA e norte RJ) – um encontro ampliado em que se pudesse debater as monoculturas e o *agrobusiness* (temas sobre os quais se acumula muitos conhecimentos – temos condições de demarcar campo muito interessante)– BRSust poderia organizar: abordagem por região, por Estado ou pela questão do “zoneamento” – reunindo Amazônia, cerrado e mata atlântica: atuamos em 3 biomas - nosso público é diferenciado e muito rico: amazônidas, pantaneiros, geraizeiros, capixabas, etc.)– pensando os conflitos nesses territórios – FASE pode ocupar espaço estratégico.
- Boa a idéia de discutir a partir das 3 experiências concretas da FASE: a soja e o pessoal de MT (que trabalha junto c/ o **Formaggi, MT Sustentável e Democrático + Intermat??**), a cana talvez não diretamente (porque o exemplo não é tão evidente)...
- (Aparte: com relação à cana, é a única cadeia produtiva cuja verticalização o BR domina de ponta a ponta: toda a cultura tecnológica- do complexo e as marcas, tudo internalizado – o que faz da cana um *desastre histórico* e um *bloco de interesses que se renova* sempre que o negócio muda- discussão sobre fontes energéticas e cana poderia ser no nordeste (mais emblemático);
- combinação com a eventual contribuição à Secretaria das Políticas Sustentáveis (Gilney Viana): querem encomendar à FASE estudos sobre sustentabilidade das cadeias produtivas (junto com a **REBRIP** pode ser interessante realizar esses estudos, dada a

grande participação dos movimentos (MST, CONTAG), embora temas como “recursos naturais” e “sustentabilidade” sejam a sua *sua fraqueza*)

- Importante combinar *estudos* e *seminários* para aprofundar e ampliar debates